

INCUMBENT VERSUS PARTIDO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS (2000-2012)

TALES FLORES DA FONSECA¹; ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²

¹ Universidade Federal de Pelotas – talesffonseca@hotmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – albarret.sul@terra.com.br

INTRODUÇÃO:

A pesquisa é centrada nas eleições municipais no período de 2000 a 2012 – quatro pleitos –, mais especificamente na análise da influência do *incumbent* (o peso do candidato à reeleição sucessiva) em confronto com a do partido, buscando analisar qual o impacto na reeleição, quando o partido possui ou não o *incumbent*.

A análise se configura como uma questão proposta por um diálogo recorrente na Ciência Política, que é a discussão do papel dos partidos na sociedade e qual o seu grau de representação e de legitimização por meio desta. A discussão sobre o *incumbent* se coloca como uma análise do confronto entre o voto personalista e o voto em legenda.

A literatura da Ciência Política apresenta os partidos como institucionalmente fracos, que não apresentam laços fortes com a sociedade civil – o que levaria a um desprestígio do voto em legenda, por exemplo – além de serem excessivamente regionalizados. Esse cenário é o do partido *catch-all*, aquele que disputa eleições apenas para seus próprios interesses de conquistar cargos públicos; que compõe suas falas em temas “que possam muito remotamente encontrar resistências por parte da comunidade” (KIRCHHEIMER, 2012 p.5), buscando no eleitor desatento, desinteressado pela política seu alvo principal, e, ao não identificar-se com nenhum grande grupo social, procura receber votos de todos. Este tipo de partido obviamente não exige laços entre eleitorado e legenda, desta maneira é feita a abertura para um processo não programático e personalista. Esta posição é sustentada por teóricos respeitados da Ciência Política, e, também, confirmada pelo senso comum, construído a partir da grande mídia.

O processo de analisar a reeleição está relacionado com o peso do candidato e do partido, e de que maneira os diferentes casos se apresentam. Para isso é necessário ter em mente algumas especificidades do sistema brasileiro. A primeira é o monopólio partidário da participação política, ou seja, mesmo que uma grande figura queira se lançar a uma disputa, ela necessita fazer isto por meio de um partido mesmo que este tenha apenas um papel instrumental (e a pesquisa busca compreender o caráter desse papel) na eleição. A segunda é a restrição de apenas um candidato por partido a ser lançado em uma eleição majoritária. A terceira característica é a associação de diversas legendas (coligação) para lançarem um mesmo candidato, o que traz também um enfraquecimento do sentido do partido. A quarta é a possibilidade de troca de legenda, a forma como diferentes candidatos têm a possibilidade de trocar de partido sem muitos empecilhos legais, como a perda de mandato ou inelegibilidade momentânea. Por fim, a reeleição imediata, a possibilidade de um titular disputar novamente um único cargo logo após ter desempenhado um

mandato. Dessa forma se problematiza mais a questão do *incumbent* versus partido e sua influência nas eleições.

METODOLOGIA:

A investigação trabalha com as eleições municipais brasileiras realizadas com a possibilidade de presença de *incumbent*, ou seja, os pleitos de 2000 a 2012, cujos resultados são obtidos através do site do TSE, tendo a eleição de 1996 como parâmetro inicial, pois esta foi a primeira que possibilitou a reeleição em 2000. Os resultados obtidos serão classificados da seguinte forma: a) o partido e prefeito em um pleito concorrem unidos à reeleição; b) partido e prefeito eleitos em um pleito competem dissociados na tentativa de reeleição; c) partido eleito em um pleito concorre à reeleição, mas o *incumbent* não participa da eleição; d) partido eleito participa da eleição, o *incumbent* não, mas apresenta um para sucedê-lo que não é candidato pelo partido pelo qual se elegeu originalmente.

Esses dados serão ponderados, ainda sob três variáveis relacionadas ao tipo de município em que ocorrem as disputas e/ou partidos em questão: a) região onde se localizam os municípios; b) tamanho dos municípios, distinguindo-os por pequenos, médios e grande; c) bloco ideológico do partido: esquerda, centro e direita.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Ao depararmo-nos com os dados, obtemos os seguintes resultados: de acordo com a tabela 1, que apresenta o modo como o partido, que venceu no pleito anterior, com o *incumbent*, se comporta na eleição subsequente enfrentando-o. Neste caso obtemos a margem de 59,8% dos candidatos, no período de 2000 e 2012, preferiu apoiar outro candidato ao invés de lançar candidatura própria. Nos períodos entre 2000 e 2012 o índice de partidos que preferiram apoiar ou se coligar cresceu de 48,1% para 76,4%.

Tabela 1 – Modo como participa do pleito o partido que venceu o pleito anterior, deixou de ter/ser a legenda do prefeito e enfrenta o *incumbent* (Brasil, 2000-2012)

Decisão	2000	2004	2008	2012	Total
Lançou candidato	224	108	128	42	502
Apoiou outro (coligou)	208	163	239	136	746
Total	432	271	367	178	1.248

Fonte: TSE

Na tabela 2 tem-se o resultado do desempenho do partido ao enfrentar o *incumbent*. Nota-se que a maioria significativa de partidos não obtém a reeleição, isto é 66,5% no período.

Tabela 2 – Resultado obtido pelo partido que venceu o pleito anterior, deixou de ter/ser a legenda do prefeito e enfrenta o *incumbent* (Brasil, 2000-2012)

Resultado	2000	2004	2008	2012	Total
Vitória	154	100	105	59	418
Derrota	278	171	262	119	830
Total	432	271	367	178	1.248

Fonte: TSE



A tabela 3 apresenta a forma como os partidos que venceram o incumbent disputaram a eleição. Neste caso a maioria obteve a vitória quando coligaram 68,4%, enquanto com candidato próprio, em apenas 38,6%. Porém, os dados apresentam uma quantidade muito significativa de partidos que coligaram praticamente uma constante ao longo dos períodos.

Tabela 3 – Modo como o partido que venceu o pleito anterior e deixou de ter/ser a legenda do prefeito se reelegeu ao enfrentar o *incumbent* (Brasil, 2000-2012)

Situação	2000	2004	2008	2012	Total
Candidato próprio	67	27	31	7	132
Apoiou outro candidato	87	73	74	52	286
Total	154	100	105	59	418

Fonte: TSE

A tabela 4 apresenta um dado que permite uma melhor forma de medir a influência no modo como houve a disputa no pleito, isto é, o número de vitórias do partido, o seu aproveitamento de acordo com a quantidade de vezes em que a decisão foi tomada. Neste caso os dados apontam para a eficiência do “apoiar outro candidato” do que “lançar candidato próprio”: 38,7% a 26,3%.

Tabela 4 – Resultado obtido pelo partido que venceu o pleito anterior, deixou de ter/ser a legenda do prefeito e enfrenta o *incumbent*, conforme o modo como participou da disputa (Brasil, 2000-2012)

Result.	Apresentou candidato					Apoiou outro candidato				
	2000	2004	2008	2012	Total	2000	2004	2008	2012	Total
Vitória	67	27	31	7	132	87	73	74	52	286
Derrota	157	81	97	35	370	121	90	165	84	460
Total	224	108	128	42	502	208	163	239	136	746

Fonte: TSE

Por fim, na tabela 5 apresenta uma visão mais geral dos resultados obtidos, apesar da derrota do partido não implicar vitória do incumbent, pois ambos podem sair derrotados do pleito. Deste modo, embora o partido perca em 66,5% dos casos e o incumbent vença em 51,9% há outros 14,6% dos casos em que ambos são derrotados por outro competidor.

Tabela 5 – Resultado obtido na eleição seguinte pelo partido e pelo incumbent quando o destino deles está desassociado (Brasil, 2000-2012).

Resultado	2000	2004	2008	2012	Total
Partido vence; <i>Incumbent</i> perde	154	100	105	59	418
Partido perde; <i>Incumbent</i> vence	212	131	217	88	648
Ambos perdem	66	40	45	31	182
Total	432	271	367	178	1.248

Fonte: TSE

CONCLUSÕES:

Apesar de variadas linhas de que tentam explicar por onde é que se concentra o problema, demonstram uma fragilidade dos partidos e outra demonstrando a força dos partidos como FIGUEIREDO e LIMONGI (1999); e GUARNIERI (2010); e também afirmando que os partidos são fortes nos processos legislativos e fracos nos eleitorais como PEREIRA e MUELLER (2002 e 2003).

Este estudo busca trazer dados empíricos, que possam oferecer dados mais efetivos para uma análise mais detalhada da questão, observando situações que giram entorno da função da reeleição e da existência do *incumbent*, ou seja, partidos e candidatos se enfrentando direta e indiretamente. Assim, busca-se analisar a força do partido e sua inserção junto ao eleitorado, inserção que depende da figura do candidato ao cargo de prefeito ou é sólida o bastante para não necessitar do mesmo.

REFERÊNCIAS:

- CARDARELLO, Antonio. **La Reelección inmediata del ejecutivo a nivel subnacional. Un estudio de tres casos.** 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- GUARNIERI, Fernando. A Força dos partidos "fracos". **Dados**, Rio de Janeiro, v.54, n.1, 2011.
- KIRCHHEIMER, Otto. A Transformação dos Sistemas Partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política – RBCP**, Brasília, n.7, jan.-abr. 2012.
- MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil.** Porto Alegre; Rio de Janeiro: Mercado Aberto;Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral. **Dados**, Rio de Janeiro, v.46, n.4, 2003.
- SARTORI, Giovanni. **Engenharia constitucional.** Brasília: UnB, 1996.